



# Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional

CARINA SANTOS DE ALMEIDA  
*Universidade Federal do Amapá - Oiapoque - AP - Brasil*

ALEXANDRE LUIZ RAUBER  
*Universidade Federal do Amapá - Oiapoque - AP - Brasil*

## Resumo

O Município de Oiapoque é a única fronteira brasileira com um território europeu ultramarino, a Guiana Francesa. Particularmente, essa região e sua condição de fronteira se depara com desafios para sua efetiva inserção no processo de desenvolvimento regional, uma vez que apresenta condições distintas das outras fronteiras brasileiras com países autônomos, independentes e envolvidos em acordos transfronteiriços. O Brasil e a Guiana Francesa vivem em descompasso diplomático de restrições que limitam a migração, a cooperação, a solidariedade e as relações comerciais. Nesse sentido, as práticas socioespaciais e econômicas, pautadas nessas dinâmicas de relações restritivas à livre circulação de pessoas e ao comércio, constroem-se muitas vezes à revelia do Estado. Os desafios regionais para o desenvolvimento de Oiapoque abordados neste artigo evidenciam que a invisibilidade social, o isolamento territorial e a condição “marginal” de fronteira são contextos que estão sendo rompidos pelas novas dinâmicas da organização socioeconômica e política emergidas nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** Oiapoque. Fronteira. Desenvolvimento e Organização Espacial.

## Oiapoque, the city where it begins Brazil: the frontier in construction and Regional Development's challenges

### Abstract

Oiapoque is the only Brazilian border with an European overseas, the French Guiana. Particularly this region and its boundary condition are faced with challenges to their effective integration into the regional development process, since it presents different conditions of other Brazilian borders with independent countries, involved in cross-border agreements. Brazil and French Guiana have diplomatic restrictions that limit migration, cooperation, solidarity and trade relations, so the socio-spatial and economical practices, guided by these dynamics of restrictive relationships to the free movement of people and trade, they are built up often to State default. Regional challenges for the development of Oiapoque county are discussed in this article showing that the social invisibility, territorial isolation and the condition of “marginal” border contexts are being broken by the new dynamics of socioeconomical and political organization emerged in the last decades.

**Keywords:** Oiapoque county. Border. Development and Spatial Organization.

## 1 Oiapoque: aqui começa o Brasil

O imaginário popular consagrou a expressão “Do Oiapoque ao Chuí!” como referência espacial para o Oiapoque adentrar à História do Brasil.<sup>1</sup> Apesar de reverberar no discurso afirmativo regional que é no Oiapoque que começa o nosso país – “Município de Oiapoque, aqui começa o Brasil” –, expressão grafada no monumento central da cidade, este lugar se configura como uma das poucas regiões brasileiras que ainda não está integrada ao sistema energético nacional. Oiapoque fica muitas vezes “isolado” no período chuvoso em decorrência dos atoleiros que se formam na BR-156 que, há mais de 60 anos, está em construção e asfaltamento. Assim, a única fronteira do Brasil com a Europa enfrenta em tempos hodiernos consideráveis dificuldades estruturais não mais vivenciadas há décadas no centro-sul brasileiro e, sequer, no continente europeu.

O extremo norte do Brasil está inserido no contexto amazônico que por si só apresenta desafios no que concerne ao desenvolvimento. O norte brasileiro como um todo carece de políticas públicas efetivas que visem atender às demandas específicas regionais e ao desenvolvimento combinado com sustentabilidade e preservação ambiental. O território do Amapá se consolidou como um Estado brasileiro recente, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988. Atualmente, seu desenvolvimento se apresenta desigual e desequilibrado uma vez que promove concentração demográfica e socioeconômica na região metropolitana de sua capital Macapá.<sup>2</sup>

O Município de Oiapoque está inserido na região norte do Amapá e seus vínculos com o Brasil podem ser ponderados como recentes se considerarmos a inconstância dos limites territoriais do “contestado franco-brasileiro” que se encerrou no início do século XX. Essa região e seu contexto de fronteira internacional, vivenciou, nas últimas décadas, transformações circunstanciais no desenvolvimento, confluindo para a consolidação enquanto um território brasileiro. Por outro lado, apesar da afirmação da jurisdição do Brasil em 1900, a formação socioespacial e econômica de Oiapoque apresenta as inerentes relações e contradições de uma fronteira.

Para compreender a formação e a organização socioespacial e econômica do Município de Oiapoque, faz-se necessário considerar a construção histórica e geográfica local, articulada com os contextos regional e global de desenvolvimento. Procuramos, num primeiro momento, tecer considerações histórico-geográficas sobre particularidades do processo de constituição regional do Município de Oiapoque e, por conseguinte, sobre a organização socioeconômica, que consiste na discussão central deste artigo. Os desafios geopolíticos para o desenvolvimento de Oiapoque encontram na situação de fronteira suas origens. Contudo, a consolidação desse desenvolvimento pressupõe compreender as sinuosidades das relações de fronteira emergentes da interculturalidade, das dinâmicas da migração e crescimento demográfico, da extração de recursos naturais e da infraestrutura, que caracterizam essa região como uma fronteira há séculos em construção.

1 “Do Oiapoque ao Chuí”, nome de música escrita pelos músicos sertanejos Teodoro e Sampaio.

2 No que concerne as desigualdades regionais no Brasil, o artigo de Moser e Theis (2014) chama a atenção para alguns elementos importantes do desenvolvimento bem como sobre as desigualdades socioespaciais que nem sempre são considerados nas análises, como a questão da ciência e tecnologia. Estes autores consideram que há no Brasil um desenvolvimento geográfico desigual, que concentra ciência e tecnologia no sudeste/sul e corrobora para o aumento das desigualdades regionais.

No contexto histórico regional, Oiapoque manteve-se durante muito tempo em “estado de distanciamento” em relação ao controle luso-brasileiro, questão esta que será melhor explicitada adiante, sendo que os limites municipais foram definidos tardiamente. Oiapoque está localizada a 600 km da capital do estado, Macapá, e a pouco mais de 200 km do município brasileiro mais próximo chamado Calçoene. Contudo, apesar da distância, Calçoene está inserido no contexto de influência da região metropolitana de Macapá. Nessa configuração espacial, a região de Oiapoque é constituída muito mais pelas relações transfronteiriças com o Platô das Guianas do que com a área de influência de Macapá.

O aporte metodológico utilizado neste artigo considerou as referências históricas sobre a formação socioespacial da região de Oiapoque e, por conseguinte, realizou uma análise referente ao município de Oiapoque com dados da Série Histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Portal da Transparência do governo federal brasileiro e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ressalta-se que num primeiro momento deste artigo, Oiapoque é compreendida como região, categoria de análise que considera o contexto histórico de sua formação, ressaltando os vínculos transfronteiriço que delegam ao Oiapoque particularidades, inclusive ao desenvolvimento regional. Adiante, considera-se para a análise neste estudo a categoria de município a partir de dados que discutem a organização socioeconômica contemporânea.

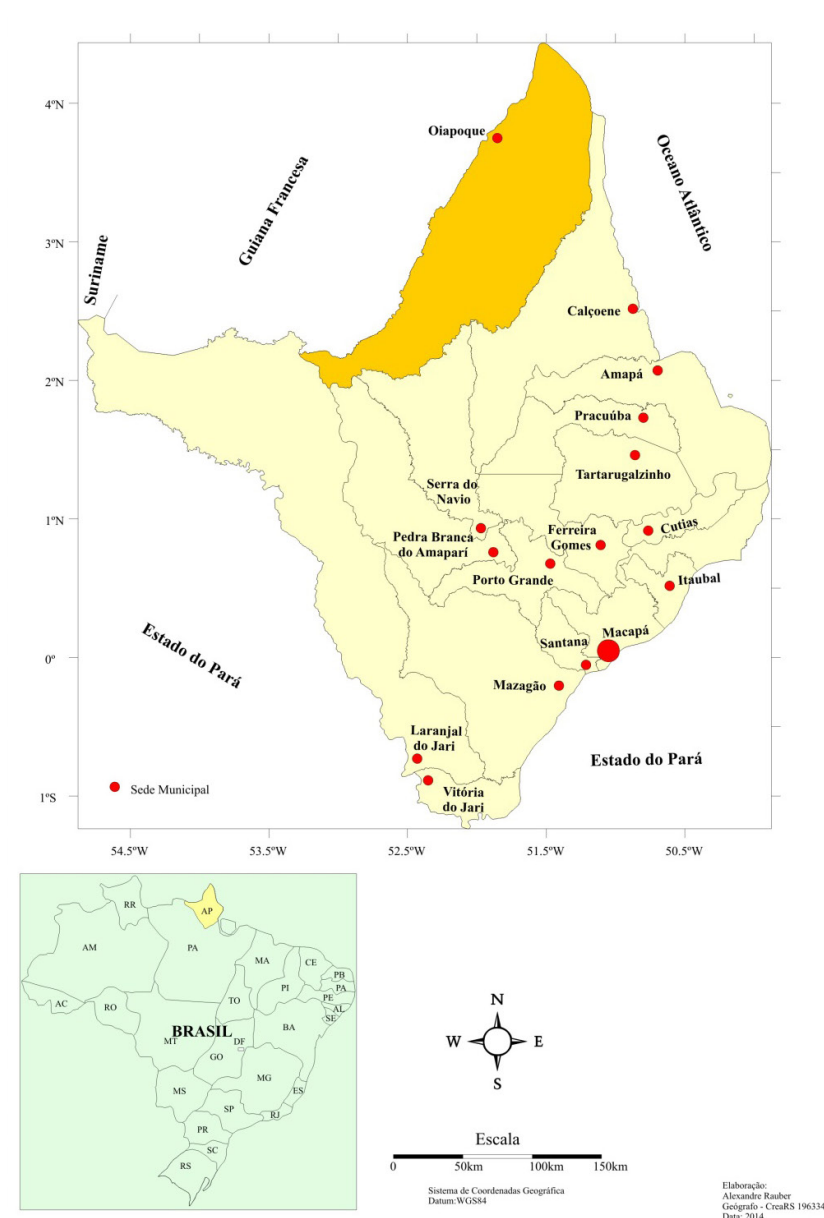
## **2 A fronteira em construção: formação e organização socioespacial de Oiapoque**

Situado ao norte do Estado do Amapá, com uma área de pouco mais de 22 mil km<sup>2</sup>, o Município de Oiapoque faz limite com Calçoene, em pequenos trechos com Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e com o Município de Laranjal do Jari. O rio que delega nome a cidade e ao município está situado ao norte e representa o limite da fronteira internacional com o território ultramarino da Guiana Francesa, possessão político-administrativa de raízes coloniais do Estado Francês (Figura 01). Nesse extremo setentrional do Brasil, a condição periférica no âmbito nacional e o estabelecimento de relações transfronteiriças na vida cotidiana da população compõem os elementos fundamentais para a caracterização do contexto regional.

A região do rio Oiapoque integra historicamente um amplo território denominado “Guiana” ou “Guianas”, que se inicia no delta do rio Orenoco, na Venezuela, e se estende até o divisor de águas da margem esquerda do rio Amazonas. Assim, essa região é reconhecida como a “Guiana brasileira”, estando pautada culturalmente em origens distintas, como a *créole* e caribenha, a cabocla, a indígena e a amazônica. Os documentos históricos acusam que essa região apresenta, há séculos, considerável população ameríndia e fluxo migratório intenso. Por sinal, a região pode ser pensada sob diversos aspectos, como espaço de intersecção e de redes de relações interculturais, como terras

de “refúgio” populacional e de pioneiros em busca do “eldorado”, ainda, zonas de contatos e conflitos pautadas em ciclos migratórios irregulares de diversas ordens associados aos processos históricos, mas, sobretudo, como espaço de “não lugar” ou como a “fronteira” em construção (ROMANI, 2010).

**Figura 1.** Localização do Município de Oiapoque (AP)



Fonte: Elaborado por Alexandre Rauber, adaptado de IBGE (2014).

Seja a Guiana brasileira ou a Guiana francesa, a região de Oiapoque tem um histórico de relações espaciais, heterotopias e constituição mais recentes associados ao colonialismo do *plantation* e ao escravismo, aos contatos e conflitos com povos indígenas e *créoles* e, sobretudo, ancorado no legado não menos delicado e agressivo do neocolonialismo por meio da exploração de recursos naturais, como o “pau-rosa” e das expedições de mineração e de garimpeiros em

busca de “ouro”, desde a segunda metade do século XIX (ROMANI, 2011a). Apesar do século XX encerrar a inconstância de “uma fronteira mal definida” do “contestado franco-brasileiro”, consolidando como território do Brasil,<sup>3</sup> a cidade de Oiapoque mobilizou o estabelecimento de *créoles* e *antillesses* vindos do Caribe, bem como migrantes vindos de outros lugares do Brasil, como Pará, Ceará e Maranhão.

O Oiapoque brasileiro presenciou, no século XX, a ascensão e o declínio do ciclo do ouro e o esgotamento da extração do pau-rosa, também conhecido como *bois du rose*, essência destilada para sua utilização na indústria de perfumes e colônias aromáticas. Os indígenas do Oiapoque, compostos na contemporaneidade sobretudo pelos povos Palikur-Arukwayene, Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi Kali’na, juntamente com *créoles*, *antillesses*, cearenses, paraenses, maranhenses, ribeirinhos e caboclos de diversos lugares, formam o tecido étnico complexo de constituição desta região que não pode ser definida somente como “terra de índios”, de “não índios”, de caribenhos e de amazônicos, mas como um lugar de fronteira, o lugar da diversidade e da alteridade, um lugar de encontros e desencontros realizados há séculos.

Terras em disputa e inconstância nacional. A região de Oiapoque foi por considerável tempo um território sem clara definição geopolítica. Os dissabores entre portugueses e franceses no século XVII, na foz do rio Amazonas, em Macapá afirmaram a dominação dos lusitanos naquelas águas e terras até as proximidades do rio Araguari. Porém, do Araguari ao Oiapoque, permanecia a inconstância ou o “não lugar”. O Tratado de Utrecht, estabelecido diplomaticamente em 1713, procurou limitar a soberania da França ou de Portugal sobre essa região concebida como “zona neutra” ou “espaço-tampão no norte do Amapá” (ROMANI, 2013, p.03).<sup>4</sup> Assim, a ausência de poder do Estado corroborou para o refúgio de migrantes diversos, africanos e seus descendentes e povos nativos que escapavam dos apresamentos, resgates e escravidão, de revoltas regionais como a Cabanagem e/ou da exploração econômica colonialista do Caribe (ROMANI, 2013, p.05).

Atualmente nominada a partir de suas origens ameríndias, a cidade de Oiapoque era conhecida inicialmente como Vila de Martinica, em referência às suas raízes caribenhas provenientes de um possível primeiro habitante *antillesses* oriundo da ilha da Martinique, possessão francesa no Caribe. Desde então, constituiu-se demograficamente nas proximidades da colônia agrícola de Clevelândia (1920) que, ao fracassar, transformou-se em colônia penal entre 1924 e 1927. Entretanto, após o encerramento das atividades como colônia penal, Clevelândia transformou-se em vila militar e passou a abrigar a III Companhia de Fuzileiros da Selva do Exército Brasileiro. Enquanto isso, Martinica ou Oiapoque se desenvolvia de forma considerável se comparada à estagnada vizinha colônia (ROMANI, 2011b).

As Terras do Cabo Norte, ou a Guiana brasileira, formada por savanas, campos alagáveis e manguezais, apresenta, no processo histórico regional, uma rede de relações complexa entre povos nativos e europeus expedicionários, sejam eles de cunho científico ou mercantil. De origem grandemente francesa, esse processo está marcado pelas

3 Para compreender melhor a discussão sobre a “fronteira mal definida” do “Contestado franco-brasileiro”, ver Granger (2012).

4 Segundo Romani, (2013, p.05) o confronto entre franceses e portugueses “[...] alongou-se por mais de duzentos anos, num vai e vem de invasões e escaramuças militares e diplomáticas entre os países envolvidos.”.

relações colonialistas e imperialistas relativas aos empreendimentos com base no escravismo caribenho.

Oiapoque integra hoje o território brasileiro, mas a vasta região entre a margem direita do rio Oiapoque e a margem esquerda do rio Araguari nem sempre pertenceu ao Brasil. Consolidou-se enquanto terras brasileiras apenas no século XX, quando findou a disputa e litígio entre Brasil e França, arbitrada em favor do primeiro, segundo o laudo do Governo da Confederação da Suíça, entregue em Berna em 1º de dezembro de 1900 (RIO BRANCO, 2008). Em tempos de neocolonialismo e imperialismo, a França procurou manter suas possessões latino-americanas caribenhas e amazônicas do ultramar com a apresentação de consideráveis volumes documentais e cartográficos, reunidos pelo consagrado geógrafo Paul Vidal de La Blache, que buscavam defender e afirmar a circulação originária dos franceses em seus registros. Doutro lado, os brasileiros herdaram as indissolubilidades e inconstâncias territoriais dos lusitanos dos tempos do Brasil Colônia. Nesse sentido, buscaram subsídios documentais para “atestar” que essa região, desde a expedição de Vicente Pinzón no início do século XVI, era espaço de circulação e conhecimento dos portugueses (GRANGER, 2012).

Apesar da língua oficial ser a portuguesa, constitui grave engano crer que a região do rio Oiapoque é mais brasileira que francesa ou vice-versa. Os consideráveis estudos promovidos sobre a região ressaltam a fluidez desse lugar no tempo-espaço.<sup>5</sup> O rio Oiapoque – *Oyapoc*, *Ojapoc* ou *Japoc* – para o Barão do Rio Branco (2008), referia-se ao rio citado por Vicente Pinzón em 1500. Na realidade, o diplomata afirma que o companheiro espanhol de Cristovão Colombo não nominou apenas o rio com seu nome, mas todo o território da margem esquerda de Santa María de la Mar Dulce ou, o Marañon, hoje reconhecido como rio Amazonas. Esse território, que se estendia do Amazonas ao Oiapoque, para Pinzón, tratava-se da província Paricura ou Paricora<sup>6</sup> desde tempos imemoriais. Assim, essa “fronteira” foi secularmente pretendida pelos portugueses.<sup>7</sup>

O célebre e distinto diplomata realizou instigante pesquisa documental ao longo de cinco anos, entre 1895 até 1900, em consideráveis estudos histórico-historigráficos, com o objetivo de preparar uma “Memória” que servisse à discussão diplomática ou ao arbitramento da “velha questão de limites entre Brasil e França”. O ex-presidente brasileiro e ex-senador pelo Amapá, José Sarney, chegou a afirmar num discurso ufanista<sup>8</sup> que “Para o Brasil o Barão do Rio Branco deu o Estado do Amapá, mas para o Estado do Amapá o Barão do Rio Branco deu muito mais, ele deu o Brasil.” (RIO BRANCO, 2008, XLIII). O esforço do Barão do Rio Branco na “Memória” ou exposição dos direitos do Brasil não foi em vão. O território entre o rio Oiapoque e o Araguari passou a ser “legalmente” brasileiro no limiar do século XX. Mas essa resolução arbitrada em 1900 veio a se consolidar após os dissabores bélicos experimentados pelos brasileiros e franceses nessas terras nem tanto “neutras” e um tanto quanto “abandonadas” à sorte da força, das armas e dos investimentos individuais de seus habitantes.

Caboclos e índios de diversas origens, negros e *créoles* provenientes do Caribe ou da Amazônia, estes habitantes regionais constituíram outras formas de pertencimento e certamente não se

5 Destacamos alguns dos principais estudos promovidos por reconhecidos estudiosos acerca da região de Oiapoque (Brasil – França) e dos estudos sobre os povos indígenas associados ao Oiapoque, como de Carlo Romani (2003, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2013), Barão do Rio Branco (2008 [1900]), Stéphane Granger (2012), Antonella Tassinari (2003), Artionka Capiberibe (2007), José Augusto Drummond e Mariângela de Araújo Póvoas Pereira (2007), Gutemberg de Vilhena Silva (2014).

6 Possivelmente os *Paricura* ou *Paricora de Pinzón* são os reconhecidos indígenas Palikur-Arukwayene, que vivem na contemporaneidade tanto do lado brasileiro como do lado francês.

7 Afirmou o diplomata Barão do Rio Branco: “Direitos de Portugal, em seguida do Brasil, ao limite do Oiapoque ou Vicente Pinzón e aos territórios da bacia Amazônica/Resumo dos argumentos de Portugal e do Brasil [...] na conquista do território compreendido entre a margem esquerda do Amazonas e o rio Vicente Pinzón, conquistado pelos portugueses do Pará, os quais, autorizados por seu soberano, que era ao mesmo tempo Rei de Portugal e Espanha, expulsaram dessa região os holandeses e os ingleses, os únicos estrangeiros que nela haviam se estabelecido; e também nas Cartas patentes de 14 de julho de 1637 [...] havia dado por limite setentrional do Brasil o rio Vicente Pinzón, que era, desde os tempos imemoriais, a fronteira pretendida pelos portugueses. [...]” (RIO BRANCO, 2008, p.56).

8 Chamados o discurso de Sarney no prefácio do livro de Rio Branco (2008) de “ufanista” por não se tratar de uma discussão intelectual ou historiográfica, mas “mitográfica”, uma vez que apresenta Rio Branco como um ícone “heroico” para a história do Brasil.

consideravam portugueses, franceses ou brasileiros, o que evidencia que a disputa geopolítica se deu no contexto diplomático e político. O interesse de ambas as partes não se referia a qualquer questão de direito originado nos primórdios do “descobrimento” dessas terras, menos ainda na solidariedade para com os habitantes que residiam nessas terras contestadas. O interesse assentava-se no potencial econômico que a região passou a apresentar a partir do último quartel do século XIX, quando se desvelou a extração de ouro oriundo das jazidas regionais.

Podemos dizer que a região de Oiapoque participa de uma cultura caribenho-amazônica pautada em suas raízes sócio-históricas, fatores estes que, no mínimo, se distinguem em muitos aspectos de sua capital Macapá, dominada e povoada por portugueses a partir do século XVII.

Apesar de existir um núcleo urbano guianense do outro lado do rio Oiapoque – a cidade de Saint Georges de l’Oyapock, ligando-se ao Brasil pela Ponte Binacional que, apesar de concluída, ainda não foi inaugurada e restringe a circulação –, desde os tempos coloniais essa região caracteriza-se pelo fluxo constante de migrantes para ambos os lados do rio.

Em boa parte do século XX e, na contemporaneidade, os brasileiros atravessam o rio Oiapoque e seguem à capital da Guiana Francesa, Caiena, em busca de remuneração em “francos/euros” ou destinam-se à interlândia para o garimpo. Por outro lado, os franceses e/ou crioulos e guianenses vêm ao Brasil em busca de “turismo” diverso e de comércio em “reais” frente a moeda brasileira desvalorizada. Esse turismo está associado ao setor de diversão, como o ecoturismo e o turismo sexual. Conforme ocorre em outros contextos de fronteira no Brasil, boa parte da população transfronteiriça de Oiapoque constrói vínculos familiares em ambos os lados da fronteira, sendo muitas vezes difícil compreender as complexas redes de relações estabelecidas. Discutiremos, a seguir, a situação de fronteira, as perspectivas para a consolidação sociodemográfica e econômica e os desafios para o desenvolvimento dessa região.

### **A situação de fronteira e os desafios do desenvolvimento de Oiapoque**

Nos tempos atuais, o Estado do Amapá possui 16 (dezesesseis) municípios, Oiapoque representa o polo regional setentrional do Estado e estratégico na relação com o Platô das Guianas. Diferente dos outros contextos regionais brasileiros com uma organização socioespacial que compreende um conjunto de municípios articulados entorno de um município considerado pólo regional, Oiapoque não apresenta exatamente estas características, antes de se tornar um município brasileiro-amapaense no século XX, consiste numa região com outras articulações.<sup>9</sup>

Procuramos destacar aqui as dinâmicas emergentes da organização social, econômica e política que se estabeleceram em Oiapoque, sobretudo nas últimas décadas. Dentre elas, abordamos a questão demográfica, acompanhando a evolução populacional entre

9 Ressalta-se que as categorias “município” e “região” neste estudo visam destacar aspectos de Oiapoque pertinentes ao processo de desenvolvimento, sobretudo, no contexto regional em face da situação histórica e das dinâmicas contemporâneas.

1950 e 2010, a evolução do Produto Interno Bruto Municipal - PIBM compreendido entre os anos de 1999 e 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 1991 a 2010, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios - FPM referentes aos anos de 2007 a 2015 e os recursos federais dos convênios para ações no Município de Oiapoque extraídos do Portal da Transparência entre 1997 a 2012. Esses parâmetros socioeconômicos possibilitam traçar um panorama geral e representativo da situação e de seu desenvolvimento.

Oiapoque apresenta diferentes escalas geográficas, uma vez que a condição de fronteira impõe articulações entre os contextos *in situ*, regional e global e não deixa perder de vista a dimensão da análise sobre o real observado e sua representatividade. Nenhum espaço, mesmo aqueles pretensamente mais isolados do planeta, está imune a algum tipo de mecanismo “global” que sobre ele atue ou exerça sua influência (COSTA, 2010). Apesar do aparente isolamento logístico do Município de Oiapoque ao contexto nacional, sua condição de fronteira com a Europa possibilita uma relação diferenciada. Aqui a análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos e que o fenômeno observado, articulado a uma determinada escala, ganha um sentido particular (CASTRO, 2014).

Todo o fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. Há situações de fronteira na região de Oiapoque que são problemáticas e contraditórias, como é o caso da “economia do garimpo”. A exploração e extração de ouro é regulamentada com autorização tanto no Brasil quanto na Guiana Francesa, contudo os casos legais são pontuais. Com isso, o fenômeno problemático são os garimpos ilegais que envolvem migrantes, trânsito comercial diverso e prostituição, fenômenos observáveis e definidos aqui como “economia do garimpo”.

O Município de Oiapoque, um local de encontros e desencontros, de constante fluxo migrante regional e internacional, vivencia, nas últimas décadas, as contradições do desenvolvimento. Essa “fronteira em construção” há séculos apresenta uma articulação entre diferentes escalas e dimensões do espaço no sentido do controle político, da produção econômica, das significações culturais e da constituição físico-ambiental embutidas no (des)ordenamento regional conforme a perspectiva.

Até meados do século XX essa região não tinha acesso terrestre às outras do Brasil. Por sinal, o único meio de ligação era realizado por via marítima. Os barcos menores vinham de Macapá enquanto os de maior porte saíam do porto de Santana, cidade vizinha à capital amapaense, como também de Belém para Oiapoque e vice-versa. Naquele período, apenas um trecho da então rodovia BR-156 existia e ligava Macapá à Calçoene, município vizinho de Oiapoque. O marco definitivo para a almejada “integração nacional” do Município de Oiapoque foi a década de 1950, que teve na extensão da rodovia BR-156 a interligação da fronteira norte do Território do Amapá à capital. A Comissão Rondon circulou pelo rio Oiapoque na década de 1920 e produziu inclusive um filme chamado “Parimã” em 1927, que retrata a região e a população local. Por sinal, a Comissão percebeu



a importância da construção de uma estrada entre Oiapoque e as outras regiões brasileiras como afirmação territorial nacional. Nesse sentido, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o controle das fronteiras do Brasil, a nacionalização dos territórios e povos indígenas e a “integração” de suas gentes passaram a ser promovidos pelo Estado paulatinamente (RONDON, 1953).

O acesso terrestre a outras regiões brasileiras por cerca de 600 Km de estrada impactou a situação estratégica do núcleo urbano de Oiapoque que passou a imprimir um caráter de lugar de passagem de brasileiros em direção à Guiana Francesa. Esses fluxos migratórios de brasileiros destinavam-se para o trabalho na construção civil ou em outras atividades na cidade de Caiena, quanto para ingressar em garimpos no lado francês da fronteira. A moeda francesa despertava e ainda desperta interesse tanto de migrantes a Oiapoque quanto dos próprios regionais que comumente atravessam o rio e direcionam-se a Caiena para prestar serviços de *artisan*<sup>10</sup> e lucrar com o câmbio monetário.

10 A expressão *artisan*, utilizada pelos regionais, sobretudo franco-guianenses, refere-se as atividades de trabalho que exigem pouca qualificação profissional, mas que, podem em contrapartida, exigir certa experiência ou habilidade na execução de tal atividade.

### **Organização sociodemográfica e a “economia do garimpo”**

A descoberta de ouro e sua dinâmica de exploração em distintos tempos e espaços na trajetória histórica da humanidade mobiliza gentes e transforma lugares. Oficialmente, nos dias atuais, não existem garimpos autorizados no Município de Oiapoque, contudo, a emergência desta região nos mapas do Brasil, da França e a decorrente disputa do “contestado franco-brasileiro”, se deram em virtude da descoberta de jazidas de ouro na segunda metade do século XIX e sua consequente exploração ao longo do século XX, tanto do lado brasileiro quanto do lado francês (ROMANI, 2011b). A crescente exploração aurífera nesse cenário local e regional possibilitou certa especialização econômica que veio a promover uma intensa migração, circulação pendular de pessoas e o crescimento demográfico.

A região de Oiapoque, desde o século XIX, é marcada pela emergência da exploração de recursos naturais, sendo que, nesse cenário, destacam-se o garimpo de ouro e a essência do pau-rosa. Os faiscadores do ouro nas Guianas surgem a partir de meados do século XIX. Esse processo contribuiu para a atração de migrantes diversos e sua fixação *in situ* na região de Oiapoque, grandemente habitada por populações ameríndias. Inclusive, a exploração do ouro teve efervescência no Brasil no final do século XX, possibilitando a geração de uma “economia do garimpo”, presente ainda nos tempos hodiernos (MORAES, 1964). Por outro lado, a essência do pau-rosa, conhecida entre os povos indígenas regionais e na Guiana Francesa como *bois du rose*, tornou-se um perfume francês renomado e reconhecido internacionalmente - Chanel n.º 5 -, criado em 1921. A extração dessa essência constituiu um ciclo econômico importante na região de Oiapoque conduzido pelos franceses, tanto do lado brasileiro como do lado francês, mas que teve curta duração, de poucas décadas, em virtude da exploração predatória da árvore *Anibarosaeodora*. Essa

extração realizada pelas usinas de destilaria que se formaram nas margens do rio Oiapoque e seus afluentes se encerrou definitivamente em meados do século XX e envolvia, sobretudo, indígenas, *saramacás*,<sup>2</sup> guianenses e franceses, responsáveis pelo comércio (MORAES, 1964).

Oiapoque tornou-se município em 1945 (SILVA, 2012). Desde então, as demandas logísticas e a renda da garimpagem do ouro passaram a centralizar, no núcleo urbano de Oiapoque, todo um conjunto de outras atividades existentes enquanto ramificações do próprio garimpo, tais como os pousos para trabalhadores potenciais, o comércio de mercadorias de consumo individual, de instrumentos de trabalho e de insumos investidos na atividade produtiva, o transporte de pessoas e mercadorias até as zonas de garimpo, a facilitação da prostituição, a venda e a transformação do ouro. Dessa forma, a rede de atividades chamada aqui de “economia do garimpo” colocou-se como vetor de adensamento urbano a partir principalmente do núcleo de Oiapoque.

A “economia do garimpo” mobiliza pessoas e estimula a circulação monetária. Contudo, esse cenário econômico tem suas contradições uma vez que o ciclo do ouro não permite uma migração qualificada com capital econômico e, menos ainda, com capital cultural. Os recursos investidos na “economia do garimpo” não permanecem na região de Oiapoque e os recursos humanos atraídos são precários. A região não apresenta uma economia capitalista com base rural e, menos ainda, industrial. Por outro lado, a população indígena regional há séculos possui uma economia própria que não agrega valor econômico considerável dentro do contexto capitalista atual. Os povos indígenas regionais, até o início da década de 1930, exerciam certa autonomia socioeconômica e política, quando vieram a receber assistência, nacionalização e proteção tutelar do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, dirigido pelo Marechal Cândido Rondon, com a instalação de duas unidades locais, o Posto Indígena de Nacionalização Uaçá, que atendia aos Galibi (Marworno), Karipuna e Palikur- Arukwayene, e o Posto Indígena de Fronteira Luiz Horta, que atendia principalmente aos Wajãpi, Waiana e Emerenhon (Teko).

Essa agência indigenista foi responsável por criar estruturas administrativas nos postos indígenas que introduziram práticas econômicas e produtivas com o intuito de transformar os indígenas em trabalhadores, sobretudo, trabalhadores rurais, vindo a promover o surgimento de uma dinâmica econômica regional endógena capaz de conduzir tais povos e a região à autossustentabilidade. Como exemplos dessas práticas produtivas desenvolvidas pelo SPI entre os indígenas, destacamos olaria, serraria, criação de animais, extrativismo vegetal, caça para fins comerciais, produção de farinhas diversas, roçados, almoxarifado, bem como a instalação de enfermaria e escola como suporte à saúde e à educação. Boa parte dos produtos eram escoados por barco em via fluvial e marítima até Belém, onde se situava a sede regional da 2ª Inspeção Regional do SPI.

No final do século XX, o núcleo urbano de Oiapoque passou a centralizar os movimentos migratórios originários principalmente da capital Macapá e dos Estados do Pará, Maranhão e Ceará, seja para

11 Saramacá ou saramaka representa um dos grupos de origem africana que reside em grande parte no Suriname, mas também na Guiana Francesa. Em sua trajetória histórica escaparam do colonialismo escravista no Suriname, fixaram-se em densas florestas a partir do final do século XVII e conseguiram a liberdade em 1762. De acordo com José Jorge de Carvalho (1984, p. 215): “São conhecidos na literatura antropológica afro-americana como os “Negros da Selva” (termo alheio que inclui também os outros grupos: Djuca, Matawai, Boni e Paramacá) ou “Maroon societies” (sociedades de quilombos). [...] o Suriname foi o único país onde sua experiência de fuga foi totalmente bem sucedida, a ponto de que conseguiram tornar-se quase um estado independente dentro do país.”

moradia na Guiana Francesa ou para a permanência no garimpo. Em boa parte dos noventa e nove anos, as relações regionais se desenvolveram sem qualquer controle ou impedimento jurídico estatal sobre a posse das terras. O movimento indígena regional para a demarcação das terras tradicionais de ocupação originária conquistou a efetiva homologação nas décadas de 1980 e 1990, com a criação das Terras Indígenas Galibi (1982), Uaçá (1991) e Juminã (1992). Dessa forma, foram salvaguardados os direitos constitucionais das populações ameríndias cuja presença se fazia ameaçada diante da intensificação dos fluxos populacionais e migratórios. A rodovia BR-156 atravessou a Terra Indígena Uaçá e até os dias atuais provoca conflitos e negociações entre o Estado e as lideranças indígenas.

As taxas de crescimento da população do Município de Oiapoque são mais altas para as três décadas compreendidas entre 1980 e 2010. Nesse período, houve no núcleo urbano de Oiapoque, além do expressivo crescimento demográfico, ainda melhoras na condição de infraestrutura. Na perspectiva da evolução populacional (Tabela 1), os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontam um crescimento de 2.984 habitantes em 1950 para 20.509 habitantes em 2010, alcançando 23.628 habitantes para a estimativa de 2014. Revertido em crescimento percentual, de 1950 a 2014 a população de Oiapoque cresceu 691%. Nesse mesmo período, a capital Macapá cresceu mais, alcançou 2074%.

Mas uma característica demográfica importante se refere à significativa parcela de população ameríndia, com 5.137 habitantes autodeclarados pelo Censo Demográfico de 2010. Esse montante representa aproximadamente 25% da população total do município. Contudo, é provável que ele seja maior porquanto nem todas as pessoas de fato se autodeclararam indígenas.

**Tabela 1.** Perspectiva da evolução populacional do Município de Oiapoque e Macapá entre 1950 e 2010

Ano	Oiapoque	Taxa De Crescimento %	Macapá	Taxa De Crescimento %
1950	2.984	---	20.549	---
1960	3.934	31,83	46.777	127,63
1970	4.554	15,76	86.097	84,05
1980	5.028	10,40	137.451	59,64
1991	8.450	68,05	179.777	30,79
2000	12.174	44,07	273.309	52,02
2010	20.509	68,46	398.204	45,69
Estimativa 2014	23.628	15,20	446.757	12,19
TOTAL	---	691	---	2.074

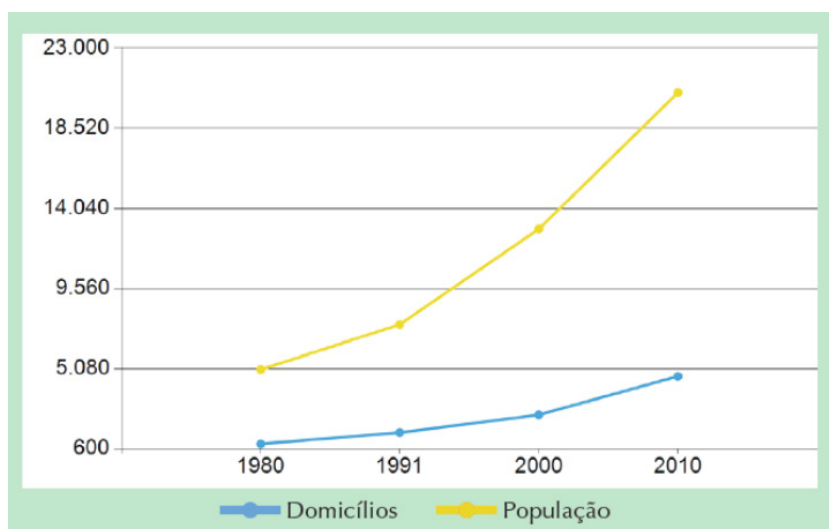
Fonte: IBGE, Censos brasileiros de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; Estimativas de População para 2014.

A evolução demográfica ao longo dos 60 anos registrados pelos censos do IBGE, de 1950 até 2010, não permite quantificar a população indígena regional antes do Censo 2010. Por outro lado, verifica-se, no período, um aumento populacional considerável regular e ascendente, com destaque para algumas décadas. O contingente populacional quase quadruplicou em apenas 30 anos, de 1980 a 2010. Até então havia permanecido relativamente

estável desde 1950. O crescimento demográfico por década é significativo, como entre 1980 e 1991, com aumento de 68,05%, ou, como entre 2000 e 2010, também alcançando 68,46%, conforme observado na Figura 2.

Apesar do garimpo não ser regularizado em Oiapoque e os dados oficiais desta atividade serem praticamente inexistentes, é possível fazer a associação entre crescimento demográfico e expansão da economia do garimpo para os últimos 30 anos. Há em Oiapoque certo caráter local de passagem de migrante e, nesse período, houve a consolidação da rede de estabelecimentos comerciais e de serviços, sobretudo os ligados à economia do garimpo, que contribuíram para fundamentar o crescimento socioeconômico da cidade de Oiapoque, bem como para o surgimento de uma elite econômica local.

**Figura 2 – População Residente e Domicílios do Município de Oiapoque entre as décadas de 1980 a 2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2010.

Outro fator pertinente que influenciou no crescimento demográfico desde 1980 se refere à diminuição da mortalidade indígena. O antropólogo Darcy Ribeiro chegou a traçar o desaparecimento e extinção de muitos povos indígenas no Brasil entre 1900 e 1960 (RIBEIRO, 1996). Impelidos pelas situações de contato, até 1970 boa parte dos indígenas brasileiros estavam enfrentando os impactos do contato com os não indígenas, desassistidos nas condições de saúde e higiene, sendo alvos fáceis de doenças como gripe, sarampo e paludismo, mais conhecido como malária. Essa situação muda a partir da década de 1980 no Brasil e em Oiapoque em virtude de vários fatores regionais, nacionais e internacionais.<sup>12</sup>

O novo milênio inaugura uma nova dinâmica espacial e econômica regional, não tão dependente da “economia do garimpo”. Essa nova dinâmica está associada especificamente ao comércio transfronteiriço, com mercadorias locais e regionais, a partir da “economia do euro”, sempre mais valorizado que a moeda brasileira, com a emergência e regularização do setor pesqueiro e com a estruturação dos setores públicos em nível federal que estão associados com a questão estratégica da fronteira. Antes mesmo da demarcação

12 As condições de vida dos povos indígenas no Brasil melhoraram em decorrência de uma série de fatores, dentre eles podemos destacar as denúncias de violência e violação aos direitos dos povos originários que se intensificaram a partir da década de 1960 na imprensa nacional e internacional. Em virtude das investigações na agência indigenista do SPI, extinto em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo governo militar, que também instituiu comissões parlamentares de investigação e inquérito para apurar tais denúncias, que infelizmente nunca puniram ninguém. Apesar destas comissões revelarem graves violações e crimes cometidos contra os povos indígenas, efetivamente os responsáveis não foram responsabilizados. Outro fator pertinente foi o fortalecimento e visibilidade nacional e internacional na década de 1970 do movimento indígena, em suas instâncias regionais e nacionais. O movimento foi responsável pela crescente pressão exercida pelos povos indígenas na defesa, luta, demarcação e homologação de suas terras, conquistando tais direitos e obrigando o Estado a inseri-los na Constituição Federal Brasileira de 1998 (LIMA, 1995; ROCHA, 2003; DAVIS, 1978).

das terras indígenas em 1982 e 1992, houve a criação de áreas de proteção ambiental, especialmente a do Parque Nacional do Cabo Orange no ano de 1980, compreendendo uma extensão de 619.000 hectares, distribuída entre os municípios de Oiapoque e Calçoene.

Paralelamente ao crescimento urbano, deu-se o estabelecimento da agropecuária, especialmente às margens da rodovia BR-156, formando sobretudo fazendas com gado. Em 2002, houve a criação de uma Unidade de Conservação mantida sob jurisdição federal e de alto grau de restrição ao uso do solo, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que abrange cerca de 40% da área total do Município de Oiapoque. Ainda no interior do município, há a presença de parte significativa da Floresta Estadual do Amapá - FLOTA, categorizada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, de jurisdição estadual, com área de 2.369.400 hectares, onde incidem propostas de concessões em nível estadual para a exploração do potencial madeireiro.

### ***Desenvolvimento e dinâmicas socioeconômicas***

O crescimento urbano do núcleo de Oiapoque se constituiu sem que houvesse o mínimo de atenção para as condições de infraestrutura urbana capazes de suportar seu crescimento demográfico, especialmente no que se refere ao sistema de saneamento básico. A condição periférica é ainda agravada pela precariedade da estrada que faz ligação com a capital Macapá – com um trecho de aproximadamente 100 Km de estrada não asfaltada em precária situação de manutenção no período chuvoso –, e pela dificuldade de utilização dos meios de comunicação. As escolas que atendem às áreas urbana, rural e terras indígenas contam com um quadro instável de professores e nem sempre oferecem o ciclo completo de formação da educação básica aos seus estudantes, sendo muitas vezes atendidos por professores que se deslocam da capital a Oiapoque de forma sazonal e periódica.

De forma incipiente, novas políticas de desenvolvimento em níveis estadual e federal e, inclusive internacional, vieram a incidir sobre os municípios da região norte do Amapá. Visualizando a questão estratégica de fronteira e suas potencialidades para investimentos na exploração florestal e petrolífera, verificam-se, no Estado do Amapá, investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal Brasileiro. Verificam-se também projetos privados em obras de infraestrutura, especialmente em transporte, energia e comunicação, que buscam viabilizar o que se entende por integração nacional e internacional dessa região, construindo corredores de exportação para efetivação de políticas de desenvolvimento econômico.

Um exemplo significativo do que tais políticas tomam como promoção da integração nacional e internacional se encontra expresso na efetivação do Acordo Bilateral para a Construção da Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque de 15 de julho de 2005, cujas obras apresentam-se atualmente concluídas, embora seu funcionamento ainda não esteja ocorrendo por conta de atrasos no cronograma brasileiro referentes à realização de obras adicionais fundamentais, no caso, o complexo aduaneiro correspondente ao lado brasileiro da ponte. Espera-se que a inauguração da referida ponte,

em combinação com o asfaltamento total da rodovia BR-156, estabeleça uma via de transporte rodoviário fácil e rápido da capital amapaense e do porto de Santana a todas as outras centralidades do arco das Guianas, acelerando o tempo de giro dos capitais econômicos que objetivam, por este meio, alcançar os mercados internacionais.

Na década passada, entre 2000 e 2010, o estímulo à cooperação bilateral com a Guiana Francesa se fortaleceu e posicionou o Amapá como ente federativo importante na construção de processos locais articulados ao desenvolvimento. Ocorreram diversos exemplos sobre a cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa, sobretudo no âmbito da cooperação transfronteiriça, cenário no qual Oiapoque está inserido.<sup>13</sup> Com a mudança político-governamental na França – saída de Nicolas Sarkozy (2007 - 2012) e entrada de François Hollande (desde 2012) –, a cooperação binacional enfraqueceu sensivelmente. A maioria dos projetos foi suspensa, impactando na proposta de reforçar o circuito internacional de fluxos de transportes, comunicação, pessoas e mercadorias na fronteira setentrional do Brasil.

Nessa etapa recente da criação das políticas de desenvolvimento econômico para a região norte do Amapá, novos desafios se impõem diante da notável decadência das atividades do garimpo e das incertezas sobre a consolidação de uma economia apoiada no setor de serviços e ancorada na condição transfronteiriça do núcleo urbano. Ainda hoje se mantém uma rede de serviços em Oiapoque relacionada à capitalização da renda oriunda sobretudo da “economia do garimpo”. Assim, destacamos a rede hoteleira, que muitas vezes se confunde com motel e atende à prostituição internacional, o transporte fluvial das catraias ou canoas, que circulam pessoas e mercadorias entre os países, a frota de táxis e mototáxis, pois não há transporte urbano público, os restaurantes, as pousadas e os balneários, entre outros.

Essa rede de serviços ainda é muito precária no que se refere à sua capacidade de atender às demandas de grandes fluxos de capitais os quais se pretende futuramente atrair. Por enquanto, existe considerável número de pequenos estabelecimentos comerciais que paulatinamente começam a receber a concorrência de estabelecimentos de porte médio e grande vindos principalmente de Macapá. Contudo, a consolidação de um grupo empresarial associado ao comércio depende das melhorias na rede de infraestrutura, transporte, energia e comunicação.

No contexto do setor primário, a agricultura local-regional é incipiente e praticada sobretudo pelas comunidades indígenas que não produzem especialização ou *commodity* significativa que agregue valor considerável ao setor. Nesse cenário, há o cultivo predominante de mandioca para a fabricação de farinhas pelos ameríndios, bem como pelos assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, situados nas localidades de Igarapé Grande e do Primeiro do Cassiporé. Nos últimos anos, a pesca vem adquirindo importância econômica significativa para o setor primário, inclusive com o aparecimento mais recente da pesca comercial em grande escala, que desencadeia a promoção de serviços que lhe dão suporte, como a instalação de algumas fábricas de gelo e de fileterias com galpões de processamento do pescado para a venda no Brasil e no exterior, tornando-se potencialmente uma *commodity*.<sup>14</sup>

De 1999 até 2013 o PIB total anual de Oiapoque passou de pouco mais

13 “O apoio e a reaproximação do Brasil e da França tornou-se um fator político fundamental. Inscrita no Acordo-Quadro de 1996 e tendo como suporte a ideia geral de aproximação União Europeia e Mercosul, a cooperação bilateral marcou a vontade política do Brasil de diversificação de parcerias. Ampliou-se também a cooperação científica. A partir deste acordo, o estabelecimento de prioridades entre Amapá e Guiana Francesa se inscreveu no âmbito da cooperação transfronteiriça e uma política de cooperação passou a ser realizada pelos dois governos locais, privilegiando domínios como a ciência e a tecnologia, turismo, meio ambiente e ensino da Língua Francesa. O fator geográfico da vizinhança permitiu a aproximação política do governo brasileiro e francês e a abertura de financiamento para projetos amapaenses.” (MELLO, 2006, p.219).

14 Atualmente ocorre a exploração comercial do pescado em larga escala nas águas marítimas de Oiapoque por embarcações oriundas principalmente do Pará e Ceará. Essa exploração comercial não gera qualquer dividendo para a região ou para o estado do Amapá.

de R\$ 25 milhões para R\$ 150 milhões (Tabela 2). Contudo, nessa multiplicação significativa se deve considerar a inflação do período. O município apresenta, em 2013, um PIB percapita de R\$ 12.510,73, abaixo da média do Estado do Amapá com R\$ 15.131,81, sendo inferior ainda se comparado com a capital Macapá, com R\$ 18.862,71. Uma das prováveis justificativas para o baixo valor do PIB percapita consiste no elevado nível de informalidade nas atividades comerciais e industriais que atuam no município.

O IDHM tem por objetivo mensurar e acompanhar o índice de desenvolvimento dos estados e dos municípios brasileiros. Serve como um meio de avaliar a condição de desenvolvimento da sociedade, bem como possibilita orientar os governos no planejamento e gestão de políticas públicas de promoção socioeconômica. De modo geral, Oiapoque apresenta índices inferiores à capital Macapá e à média brasileira. Passou de um nível considerado baixo, entre zero a 0.50, para um nível considerado médio na classificação de desenvolvimento, entre 0.50 a 0.80 (Tabela 3). No ano de 1991, apresentava o índice de 0.388 e, no ano de 2010, alcançou o índice de 0.658. Esse crescimento significativo está relacionado com a melhoria da renda e da instalação de órgãos públicos de atendimento social.

**Tabela 2** - Evolução do Produto Interno Bruto total anual do Município de Oiapoque entre os anos de 1999 a 2013

Ano	Produto Interno Bruto Total Anual (milhões de R\$)	Taxa de Crescimento (%)
1999	25,594	-
2000	29,010	13,34
2001	33,627	15,91
2002	39,994	18,97
2003	43,091	7,74
2004	49,391	14,62
2005	57,690	16,80
2006	71,035	23,13
2007	77,307	8,82
2008	81,464	5,37
2009	99,334	21,93
2010	104,012	4,71
2011	110,187	5,93
2012	126,601	14,89
2013	150,892	19,18
TOTAL	---	<b>489,56</b>

Fonte: Adaptado pelos autores de IBGE Cidades, Série Histórica (2016).

**Tabela 3:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM para os anos de 1991, 2000 e 2010

Município de Oiapoque			Macapá	AP	Brasil	
Ano	1991	2000	2010	2010	2010	
IDHM	0.388	0.537	0.658	0.733	0.642	0.727

Fonte: Adaptado pelos autores de Atlas do Brasil 2013/PNUD (2016).

**Tabela 4:** Fundo de Participação anual do Município de Oiapoque entre os anos de 2007 a 2015

Ano	Total de Transferências (reais)	Porcentagem em relação ao ano anterior
2007	7.987.089,94	-
2008	10.643.809,37	33,26%
2009	10.984.266,74	3,19%
2010	12.657.655,09	15,23%
2011	16.574.616,79	30,94%
2012	24.750.738,31	49,32%
2013	19.029.729,15	-24,22%
2014	21.762.962, 29	14,36%
2015	22.484.782,22	3,31%

Fonte: Adaptado pelos autores de Portal da Transparência/Governo Federal do Brasil (2016).

A classificação municipal quanto ao nível de desenvolvimento é feita com base em parâmetros internacionais, tal como adotado pela Organização das Nações Unidas - ONU em seu IDH. Isso permite que as unidades geográficas às quais os índices se referem sejam classificadas quanto ao seu nível de desenvolvimento em relação a qualquer localidade do mundo. Para haver melhoria nesses índices, é preciso haver atuação de políticas públicas nas áreas de educação, saneamento básico e saúde como setores prioritários para a promoção do desenvolvimento de Oiapoque.

As transferências anuais de recursos federais para o município apresentam relativo incremento e são ainda compostas, essencialmente, pelos repasses do FPM. Apesar do crescimento do fundo de participação anual entre 2007 e 2015 ser crescente (Tabela 4), ele é baixo e manifesta a dependência do município com relação aos repasses do governo federal. O Município Oiapoque não possui arrecadação considerável nos distintos setores econômicos. Seu setor secundário ou da indústria é praticamente insignificante e sua economia é caracterizada pela informalidade, uma vez que não promove arrecadação de impostos em nível municipal.

**Tabela 5.** Repasse de recursos federais via convênios para o Município de Oiapoque entre os anos de 1997 a 2012

Convênio	Ano	Concedente	Valor do Convênio	Valor Liberado	Situação
321178	1997	Presidência da República	38.528,00	38.528,00	Concluído
339271	1998	Ministério da Saúde	103.480,00	103.480,00	Inadimplência Suspensa
341481	1998	Ministério da Saúde	30.021,84	30.021,84	Inadimplência Suspensa
341129	1998	Ministério da Saúde	80.000,00	80.000,00	Concluído
342110	1998	Ministério da Saúde	80.000,00	80.000,00	Concluído
348060	1998	Ministério da Saúde	20.852,00	20.852,00	Inadimplência Suspensa
352803	1998	Ministério da Saúde	80.000,00	80.000,00	Inadimplência Suspensa
353649	1998	Ministério da Cultura	42.000,00	42.000,00	Inadimplência Suspensa
353707	1998	Ministério da Saúde	200.000,00	200.000,00	Inadimplência Suspensa
353710	1998	Ministério da Saúde	120.000,00	120.000,00	Inadimplência Suspensa
353894	1998	Ministério da Educação	20.170,00	20.170,00	Inadimplência Suspensa
362016	1998	Ministério da Educação	49.950,00	49.950,00	Inadimplência Suspensa
388964	2000	Ministério da Integração Nacional	350.000,00	350.000,00	Inadimplência Suspensa



## Continuação

Convênio	Ano	Concedente	Valor do Convênio	Valor Liberado	Situação
399884	2000	Ministério da Saúde	2.332.038,40	2.332.038,40	Concluído
430939	2001	Ministério da Saúde	96.000,00	96.000,00	Concluído
437653	2001	Ministério do Desenvolvimento Agrário	55.000,00	55.000,00	Inadimplência Suspensa
438311	2001	Ministério dos Esportes	108.000,00	108.000,00	Inadimplência Suspensa
441736	2001	Ministério das Cidades	600.000,00	600.000,00	Inadimplência Suspensa
438853	2002	Ministério da Saúde	212.180,22	212.180,22	Inadimplente
438854	2002	Ministério da Saúde	384.000,00	384.000,00	Inadimplente
439707	2002	Ministério da Saúde	114.000,00	114.000,00	Inadimplência Suspensa
440301	2002	Ministério da Saúde	193.693,27	193.693,27	Inadimplência Suspensa
441612	2002	Ministério da Saúde	300.000,00	300.000,00	Concluído
445969	2002	Ministério da Saúde	5.686.476,65	5.686.476,65	Inadimplente
456202	2002	Ministério da Saúde	139.321,92	139.321,92	Inadimplência Suspensa
469420	2002	Ministério da Saúde	479.738,95	479.738,95	Inadimplente
473783	2002	Ministério da Saúde	380.000,00	380.000,00	Inadimplente
479167	2002	Ministério da Saúde	28.943,72	28.943,72	Inadimplente
480806	2003	Ministério da Defesa	152.353,42	152.353,42	Concluído
517075	2004	Ministério da Agricultura	110.000,00	110.000,00	Concluído
531325	2005	Ministério da Educação	29.700,00	29.700,00	Adimplente
634432	2007	Ministério da Saúde	2.000.000,00	2.000.000,00	Inadimplência Suspensa
626053	2008	Ministério das Cidades	19.080,00	19.080,00	Adimplente
626852	2008	Ministério da Educação	101.158,20	101.158,20	Adimplente
631867	2008	Ministério das Cidades	4.600.000,00	1.469.000,00	Inadimplente
639340	2009	Ministério da Educação	500.000,00	500.000,00	Concluído
662461	2010	Ministério da Educação	110.291,94	110.291,94	Inadimplente
664187	2010	Ministério da Educação	196.000,00	196.000,00	Inadimplente
729872	2010	Ministério da Integração Nacional	568.680,00	568.680,00	Aguardando Prestação de Contas
751248	2011	Ministério da Saúde	1.086.219,14	200.000,00	Aguardando Prestação de Contas
772399	2012	Ministério da Saúde	15.713.401,40	4.714.020,42	Aguardando Prestação de contas

Fonte: Adaptado Portal da Transparência – Governo Federal do Brasil, pelos autores (2016).

O aporte de recursos federais a partir de convênios para ações no Município de Oiapoque vem diminuindo paulatinamente em virtude da inadimplência junto aos ministérios e secretarias federais, demonstrando a dificuldade na gestão e na implantação em nível de gestão pública municipal (Tabela 5). Dos 41 convênios estabelecidos entre 1998 e 2012, apenas 9 destes foram concluídos e 3 estão adimplentes, sendo que 29 convênios se apresentam com inadimplência, que está suspensa e aguardando prestação de contas. Essa situação sinaliza a má gestão dos recursos provenientes dos convênios, confluindo para a inadimplência e, conseqüentemente, a suspensão do repasse total dos valores disponibilizados pelos ministérios e secretarias em nível federal, o que representa um dos principais gargalos no processo de desenvolvimento.

## **Considerações finais: os desafios para o desenvolvimento de uma “fronteira em construção”**

Apesar de ser um dos maiores municípios do estado do Amapá em extensão territorial, seu perfil socioeconômico e demográfico não delega à cidade de Oiapoque uma condição de porte médio se comparada aos outros contextos regionais brasileiros. Esse extremo norte amapaense apresenta desafios estruturais e logísticos que, no mínimo, impedem o crescimento socioeconômico regular e constante, dificultam a atração e fixação *in situ* de migrantes com capital cultural, social e econômico, bem como limitam o desenvolvimento de seus habitantes.

Tais desafios inibem o desenvolvimento regional compreendido aqui não apenas concernente à questão econômico-produtiva, mas como um conjunto de elementos norteadores que propiciam além da constituição de cenários de desenvolvimento socioeconômico e suas cadeias produtivas, ainda o bem estar, a qualidade de vida e as condições favoráveis ao bem viver. Ressaltamos que bem-estar, qualidade de vida e condições favoráveis ao bem viver estão relacionadas com fatores de desenvolvimento fundamentais, como acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, aos meios de comunicação e ao deslocamento inter e intrarregional por vias terrestres, fluviais e aéreas, à alimentação e agricultura, ao trabalho e reprodução social, à cidadania, entre outros aspectos.

Oiapoque consiste numa região negligenciada pelo poder público local, estadual e nacional, marcada por homens e mulheres regionais muitas vezes conformados com a assertiva popular “Oiapoque é assim mesmo!”. Todavia, o século XXI trouxe elementos renovadores para a promoção do desenvolvimento, sobretudo após as lutas do movimento indígena regional, que conseguiram fortalecer as comunidades ameríndias e conseqüentemente a região. As políticas públicas dos últimos governos passaram a atender com infraestrutura e projetos desafiadores, os confins longínquos, distantes e esquecidos do interior e da fronteira do País.

Como uma fronteira estratégica para o desenvolvimento do extremo norte do Brasil, Oiapoque integra uma grande região que apresenta desafios políticos na construção de acordos e relações regionais e internacionais, principalmente no que tange à criação de um comércio comum no Platô das Guianas. Nesse sentido, as grandes concessões para a exploração dos recursos naturais, como a petrolífera, a pesqueira e a extração de madeiras criam perspectivas de desenvolvimento não consolidadas e questionáveis. A integração regional é incipiente, insuficiente e necessita da promoção e ampla discussão pelos distintos atores sociais envolvidos.

## **Referências**

CAPIBERIBE, A. **Batismo de fogo**. Os Palikur e o cristianismo. São Paulo: Annablume, 2007.

CARVALHO, José Jorge de. A Racionalidade Antropológica em Face do Segredo. **Anuário Antropológico**, Brasília, p.214 – 222, 1984.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia**. Conceitos e temas. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSTA, R. H. da. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre**. O desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DRUMONT, J. A. PEREIRA, M. A. **O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, v. 17, p. 21 – 39, Brasília, jul./dez. 2012.

LIMA, Antonio C. de S. **Um grande cerco de paz**. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELLO, M. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, João de Melo. O rio Oiapoque. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXVI, n. 1, p.03 – 61, jan./mar. 1964.

MOSER, Ana Cláudia; THEIS, Ivo. Investimentos em C&T e desigualdades socioespaciais no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 2, p. 187 – 207, 2014.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: edição do autor, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIO BRANCO, B. de. **Questões de Limites: Guiana Francesa**. Brasília, Edições do Senado Federal, 2008.

ROCHA, Leandro M. **A política indigenista no Brasil: 1930 – 1967**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

RONDON, Marechal C.. Índios do Brasil das cabeceiras do rio Xingu, dos rios Araguaia e Oiapoque. v. II. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, CNPI, Ministério da Agricultura, 1953.

ROMANI, C. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. **Revista Antíteses**, v.3, n.5, 2010.

\_\_\_\_\_. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 501 – 524, set./dez. 2011a.

\_\_\_\_\_. Um eldorado fora de época. A exploração dos recursos naturais no Amapá. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 42, p.271 – 302, jun. 2011b.

\_\_\_\_\_. **Missões científicas, imperialismo e política externa nas fronteiras com as Guianas.** Encontro internacional de história, fronteiras e identidades, realizado na UFPA, Campus Bragança, 2012. Disponível em: [http://www.academia.edu/3609403/Miss%C3%B5es\\_cient%C3%ADficas\\_imperialismo\\_e\\_pol%C3%ADtica\\_externa\\_nas\\_fronteras\\_com\\_as\\_Guianas](http://www.academia.edu/3609403/Miss%C3%B5es_cient%C3%ADficas_imperialismo_e_pol%C3%ADtica_externa_nas_fronteras_com_as_Guianas). Acesso em: out. 2015.

SILVA, A.R. F.da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental Brasileira:** Estados do Pará e Amapá. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

SILVA, G. V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local.** Porto Alegre, 2008. 175p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geociências – UFRGS.

\_\_\_\_\_. **Oiapoque:** potencialidades e caminhos neste século XXI. Macapá, Editora da UNIFAP, 2014.

TASSINARI, A. **No bom da festa.** O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Edusp, 2003.

**Carina Santos de Almeida.** Doutora em História/UFSC, mestre em Desenvolvimento Regional/UNISC, professora do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional Oiapoque/UNIFAP. Endereço: rua Kumarumã, 195, Oiapoque/AP, CEP 68980-000. Email: carina.almeida@unifap.br

**Alexandre Luiz Rauber.** Doutorando em Geografia/UFG, mestre em Desenvolvimento Regional/UNISC, professor e coordenador do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional Oiapoque/UNIFAP. Endereço: rua Kumarumã, 195, Oiapoque/AP, CEP 68980-000. Email: rauber@unifap.br

Submetido em: 31/10/2015

Aprovado em: 22/12/2016